



Os reflexos da Segunda Guerra Mundial na população do Vale do Itajaí através dos relatos orais de imigrantes alemães.

*GENECI GUIMARÃES DE OLIVEIRA

A presente comunicação procura compreender como a população de Santa Catarina, especialmente, os estrangeiros e seus descendentes localizados no Vale do Itajaí, vivenciaram o período da Segunda Guerra Mundial. As transformações no dia a dia destes imigrantes e suas relações com a população e autoridades governamentais estão nas suas memórias e contribuíram para outros olhares a respeito dos reflexos desta guerra à medida que suas experiências cotidianas passaram a ser narradas.

Meios de comunicação, como o jornal “A Notícia”, lançado em 24 de fevereiro de 1923 em Joinville, de alguma forma contribuíram para agregar simpatizantes ao regime nazista e o processo de “germanização” em Santa Catarina.

O período da Segunda Guerra Mundial pode ser considerada como uma das fases mais indigestas deste periódico, em cujas capas, divulgou manchetes favoráveis ao nazismo. O pesquisador Ternes escreve que a afinidade ao jornal tornou-se mais intensa a partir de fevereiro de 1932, quando o proprietário “concede generosos espaços a um novo personagem da cena política mundial: Adolf Hitler” (Ternes, 1983, p.76).

Na edição de 13 de julho de 1934, a capa do jornal estampa três grandes ilustrações: de um lado Adolf Hitler, de outro, o fascista italiano Benito Mussolini, ao centro, a suástica nazista. No alto da página, a manchete traduzia uma frase do Führer: “A justiça é a vontade firme e constante de dar a cada um o que lhe é devido”, ainda tem no subtítulo, o complemento da sua linha editorial: “Pela vontade inflexível de Hitler, a Alemanha voltará à posição que lhe pertence, como expoente da cultura e da civilização do mundo”.

Cabe lembrar que Adolf Hitler com sua obstinação de dominar o mundo, lançou olhares especiais à América do Sul.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História-Pucrs/Capes – Orientadora: Prof. Dra. Claudia Musa Fay



A invasão da Polônia em 1939, foi o combustível que faltava para deflagrar a guerra, entretanto, a Alemanha já havia estabelecido núcleos do Partido Nazista na América, com destaque para as colônias de alemães do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O estabelecimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) nas cidades catarinenses teve o apoio do consulado alemão que propunha atividades sócio-culturais. Tem-se o exemplo de Blumenau que em 1937, o NSDAP acena aos clubes do município com apoio para a criação de um calendário de festividades a serem desenvolvidas ao longo do ano, entretanto, algumas datas tidas como de alta relevância aos nazistas deveriam obedecer a orientação dos núcleos e do consulado alemão. Assim que, cabia aos clubes, exclusivamente, a organização das festas de Independência (7 de setembro) e da Proclamação da República (15 de novembro). Na data de 1º de maio que também era comemorada na Alemanha, reuniam-se para a organização dos festejos, os núcleos do NSDAP e os clubes.

A influência das conquistas de novos territórios pelos alemães contribuiu para a formação de simpatizantes brasileiros aos ideais nazistas, tais como, Plínio Salgado que havia sido o fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932, transformando-a em partido político.

Na trajetória da AIB encontra-se diversos conflitos entre os Integralistas e os movimentos democráticos que ocorriam no Brasil. No período da Intentona Comunista, em 1935, a AIB dá seu apoio oficial ao governo na repressão ao movimento esquerdista, contudo, passou a desarticular-se a partir do golpe do Estado Novo.

A AIB não se acomoda e tenta reagir contra seu silenciamento, ao articular um frustrado Golpe de Estado em 1938, cujos resultados pioraram a situação de seus integrantes, os quais sofreram perseguições e muitos deles foram para o exílio.

As atitudes autoritárias implementadas pelo Estado Novo, se tornam a forma possível de assegurar, por meios políticos, a coesão do povo brasileiro, em que, lançam mão do nacionalismo e do autoritarismo para a formação de um Estado Nacional.

O nacionalismo, exalta o instinto da raça e da terra, corporificando-se no desenvolvimento do progresso material e moral do país, assim como na proteção e valorização do Homem Brasileiro (OLIVEIRA, 1982:57), assim que, corroborava para a legitimação da soberania do Estado, assegurando-lhe liberdade de ação sobre o território nacional, garantindo a construção da nacionalidade através de programas políticos, tais como,



o controle da imigração, educação, e propaganda política. A ditadura instituída por Getúlio Vargas elaborou um projeto que proibia a entrada de estrangeiros, visando a nacionalização dos núcleos de colonização.

Nos diversos segmentos da sociedade catarinense, apoiados pelos integralistas, as ações implantadas pelos nazistas continuavam tendo grande repercussão, amparados na demora do Brasil em declarar sua oposição à Alemanha. Aumentava o clima de expectativas entre os alemães daqui seduzidos pelos avanços da Alemanha comandada por Hitler e a possibilidade da hegemonia da raça ariana. A decisão tomada pelo Brasil em 1942, em favor dos Aliados e contrário ao eixo, acirrou os ânimos internos, foi uma guerra travada longe do front.

É mister indagar: o que representou a Segunda Guerra Mundial para as cidades catarinenses? Os registros historiográficos como jornais, periódicos, revistas, livros e nos depoimentos revelam que a gravidade daquele momento de guerra perpassa todas as camadas da sociedade, cuja ação desencadeou numa mobilização da população civil local e a realização de operações militares destinadas a patrulhar o litoral de Santa Catarina, o recrutamento de cidadãos brasileiros para FEB que os enviaria à Itália, entre eles havia descendentes de alemães, bem como, o recrudescimento das medidas de nacionalização instituídas por Getúlio Vargas em 1938, com a Campanha de Nacionalização.

Nas medidas “nacionalistas” de Vargas para toda a região sul do Brasil onde se encontravam as colônias alemãs, ficou estabelecido que cultos religiosos somente poderiam ser professados na língua portuguesa, jornais escritos em alemão não circulariam, assim como, escolas com o ensino em alemão ficaram proibidas de funcionar.

A escola, desde a fundação dos núcleos populacionais, tinha grande importância pois ali encontrava-se o local propício para se desenvolver a civilidade. Os colonos estrangeiros e seus descendentes precisavam da aceitação da comunidade do país onde viviam, valendo para isso até mesmo o sacrifício de silenciar a língua materna, um procedimento certamente bastante doloroso que significava a negação da própria cultura, pois, “quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem” (REVUZ, 1998:227).

Os animos se tornaram mais acirrados a partir de 1942, quando o Brasil oficializa a entrada na guerra. Intensifica-se a perseguição aos alemães, cujas prisões se efetuaram pelo



fato de alguém estar falando o alemão. No caso de insistência teria óleo de rícino derrado garganta abaixo ou no caso de uma lista de compras, cujo pedido fosse pronunciado em alemão, a mesma deveria ser engolida pelo solicitante.

A abertura dos arquivos do período da ditadura de Getúlio Vargas aos historiadores trouxe à tona muitas coisas sobre a repressão aos alemães e seus descendentes, entre elas, a existência de dois campos de concentração em terras catarinenses para os quais eram encaminhados os chamados de “nazistas de Blumenau e do Vale do Itajaí”. Em Florianópolis, no bairro Trindade, local onde se estabeleceu a UFSC, estava um destes campos; o outro em Joinville, foi demolido dando lugar ao principal cemitério da cidade.

Constata-se que apesar dos 70 anos do término da Segunda Guerra Mundial, seus reflexos continuam a ser abordados pelos pesquisadores envolvidos com o tema e, principalmente, pelos que utilizam a História Oral, cujas produções trazem revelações surpreendentes.

Estudos de Marlene de Fáveri contribuem para um melhor entendimento das reverberações da guerra no cotidiano catarinense:

(...) percebendo como foi vivida a Segunda Guerra Mundial no estado de Santa Catarina, observadas as relações na vida cotidiana, tendo como fonte principal as memórias de depoentes e como fio condutor o medo provocado pelas normatizações advindas da política repressora à língua, conectado ao ideário de segurança nacional, principalmente sobre os estrangeiros e descendentes. (FAVERI, 2005:27)

Sabe-se que os efeitos da Segunda Guerra Mundial foram danosos aos comerciantes alemães, italianos e japoneses aqui instalados, os quais sofreram retaliações da população, sob a forma de preconceito sutil, direto ou mesmo de violência física (FERRO, 1995:25).

Considera-se que as desconfianças em relação aos alemães e seus descendentes, são devidas a forte presença numérica, a atuação política e a manutenção dos costumes e hábitos trazidos do país de origem, deixando-os em situação delicada quando da declaração do país em favor dos aliados e, tendo o Brasil a maior concentração nazista fora da Alemanha.

O papel desempenhado pelos alemães na formação econômica e cultural de Santa Catarina foi bastante significativo, pois, percebe-se até nossos dias suas influências nas diversas regiões onde se instalaram e se desenvolveram.

Quanto a atuação na política brasileira, o historiador René Gertz lembra que a ideia menos difundida é a de que houve “um perigoso excesso de intromissão” (GERTZ, 1987:27),



corroborada por tantos outros na medida em que houve uma “uma “perigosa abstenção política e um desinteresse pela realidade política nacional”.

Deve-se observar que inicialmente a não participação política pode estar ligada ao fator da falta de compreensão da língua, porém, as gerações seguintes aqui nascidas e alfabetizadas no idioma nacional tiveram uma efetiva atuação.

O Vale do Itajaí, com uma população formada por grande número de descendentes de italianos e alemães, sentiu os reflexos da época da nacionalização instituída por Vargas, mesmo após o término da Segunda Guerra em 1945, visto que, era considerado local de fortes elos com a Alemanha, deste modo, sob a perspectiva do Estado Novo apoiava as ações nazifascistas utilizadas pelos alemães e italianos durante a Guerra.

A partir da contextualização exibida nos tópicos anteriores pode-se compreender como a população de Santa Catarina, especialmente, os estrangeiros e seus descendentes localizados no Vale do Itajaí, vivenciaram o período da Segunda Guerra Mundial, com a utilização de vários depoimentos que fazem parte da pesquisa de Marlene de Fáveri, cuja afirmação é que "a repressão à língua foi dramática e fez com que nas colônias pairasse silêncio e autocontrole, com a presença de espiões.

Verifica-se que em 2 de setembro de 1942, haviam sido presos 350 "simpatizantes" do Eixo em Santa Catarina, segundo o jornal *A Gazeta* e intensificava-se a perseguição aos alemães que seriam presos se os vissem falando o alemão e, no caso de insistência teria óleo de rícino derramado garganta abaixo; as listas de compras se pronunciadas em alemão, deveriam ser engolidas pelo solicitante.

As perseguições não paravam de ocorrer, foi um tenso período em que as residências de alemães e lojas comerciais com nomes germânicos foram apedrejadas, e ser alemão passou a ser motivo de chacota. Aqueles mesmos imigrantes que vieram ao longo do século XIX e XX, importados pelo governo do Brasil, justamente para "embranquecer" a raça brasileira, passaram a ser vistos como traidores e racistas, e sua imagem foi demonizada para formar um imaginário de medo na população.

No depoimento de **Gertrudes Niemeyer**, casada com Hanz Niemayer (Itajaí), pode-se observar que acontecimentos cotidianos e até inocentes poderiam ter desfechos dramáticos:

(...) No dia 18 de agosto de 1942, meu marido foi colocar os letreiros e ficou pronto às 10 horas, como ele estava com sede queria tomar uma cerveja convidou um brasileiro (...) a inauguração não seria feita porque cinco navios brasileiros foram



afundados. Era meio dia (...) chegou a polícia avisando meu marido de aparecer na delegacia (...). O Dr. Delegado acusou meu marido de ele tomar uma cerveja enquanto cinco navios foram afundados, ele não aceitou a defesa e prendeu (...). Depois de três semanas foi transferido sem interrogação para Florianópolis e fizeram revista em nossa casa. (FÁVERI, 2005:206-207)

Importante contribuição da pesquisadora Marlene de Fáveri refere que:

(...) “Os sujeitos, homens e mulheres, que viveram a “outra” guerra no momento específico de sua produção, exerceram poderes em diferentes papéis, ou foram assim representados: Delatores, espíões, apreensores, policiais, patriotas, brasileiros, nazistas, estrangeiros, fascistas, quintas-colunas, inimizados, delatados, testemunhantes, incriminados, afastados, demitidos, exonerados, supliciados, detidos, extorquidos, desapropriados, civilizados ou incivilizados, etc. Nas tensões entre o que queriam ser e o que queriam que fossem.” (FÁVERI, 2005:30-31)

Neste aspecto, uma simples suspeita poderia justificar uma prisão, onde o *habeas corpus* estava suspenso, da mesma forma, as delações passaram a ocorrer sistematicamente, em um cotidiano que se tornou o de manter os "ouvidos atentos onde amigos tornam-se inimigos e as relações passam a ser de tensões e medo de ser delatado”, as contas bancárias dos alemães e descendentes foram bloqueadas, ainda, milhares perderam seus empregos legalmente, pois o Estado mandava dar prioridade aos brasileiros natos no mercado de trabalho.

A desconfiança em relação ao “estrangeiros”, acirrava os ânimos entre os moradores das comunidades do Vale do Itajaí, presente no depoimento de **Maria de Lima**, casada com Waldemar Wagner de Praia Grande:

(...) Assisti quando vieram buscar ele, vieram de carro, eram dois policiais (...) chamaram ele e disseram: “Agora deixa o armazém, arreia o serviço e embarca aqui que nós vamos pra Rocinha (...)” O que eu vou fazer lá? “Você não é estrangeiro?” Sou. “Então pega teus papéis e vamos”. Ele falou que botavam de castigo, botavam pra fazer valo, cavoucar (...) eles não paravam nunca. (FÁVERI, 2005:249-250)

As revistas aos estabelecimentos da colônia eram constantes, à procura de armas, jornais, livros ou quaisquer outros objetos que insinuasse simpatia aos alemães. Em uma determinada inspeção um simples para-raios foi confundido com uma torre de rádio para comunicação com a Alemanha. Mesmo residências eram revistadas por oficiais em plena madrugada e por vezes o fogão à lenha utilizado para o preparo dos alimentos, também queimava objetos e obras em alemão. As colônias estavam mergulhadas num clima de



constante pânico, inclusive, proibidos de possuírem rádio em suas casas, como refere **Kanitz**, morador de Trombudo:

(...) as notícias da guerra eram recebidas pelo rádio, e só podia ter rádio quem era brasileiro. Os estrangeiros que tinham rádio a polícia vinha e selava. (...) A polícia vinha uma vez por mês e passava nas casas pra ver se o rádio ainda estava selado. (FÁVERI, 2005:350)

A repressão atingia, inclusive, as crianças que muitas vezes não percebiam os “perigos” aos quais estavam submetidos e que ficaram na memória de muitas delas, levando para a vida adulta os medos dos tempos de guerra como narrou a moradora de Joinville, **Anita Maria Bötcher Schutz**:

(...) As crianças eram escondidas em baús que ficavam guardados embaixo da escada que levava ao andar superior da casa, para evitar que se traissem na língua, ou para esconder o idioma praticado. (...) a gente não era livre de dizer – falar era de dar medo – paúra – como rir, brincar, chamar a mãe. Aquietar-se e dormir era preciso. (FÁVERI, 2005: 377)

Nesta mesma linha e reforçando o depoimento anterior, **Hilda Brillinger**, relata que “foi um tempo de medo. Minha mãe enterrou a bíblia, essas coisas, tinha medo que eles iam passar e queimar o que era em alemão” (FÁVERI, 2005:399), que em certa altura da conversa percebe-se a intenção de rebelar-se contra estes atos pessoais, que é o de professar sua doutrina religiosa, porém, os medos a fazem recuar.

Fatos tristes, outros até mesmo hilários, ocorreram naquele período, onde primeiro vinha a desconfiança, tudo que parecesse alinhar-se ao eixo precisava ser barrado. Verifica-se no depoimento de **Irma Will**, de Trombudo Alto, que o uso de determinadas cores poderiam gerar suspeitas:

(...) Algumas meninas ganharam sombrinhas vermelhas e estavam passeando pela estrada com suas sombrinhas; nisso alguns soldados viram e acharam que era representação do partido comunista. (...) Qualquer objeto vermelho era motivo de medo pois representava o comunismo. (FÁVERI, 2005:379)

Atividades diárias, que fazem parte do cotidiano de qualquer coletividade eram consideradas de alto risco, num período de proibições e de muita “espionagem”, como ir às compras. **Hanz Schroeder** que é de Trombudo Central relata que:



(...) Então as pessoas que quase não sabiam falar, pediam para outro ir comprar a carne. Ou (...) um levantou o dedo e disse “catela”, o açougueiro sabia que era um quilo de costela (...) outro disse “ripa” (...) O açougueiro também não falava nada, ele servia, embalava e entregava. (FÁVERI, 2005:417)

Portanto, através dos depoimentos daqueles que vivenciaram o período da Segunda Guerra Mundial, onde os campos de combate estavam distantes das comunidades de colonização, principalmente, alemãs que se instalaram no Vale do Itajaí, pode-se inferir que viveram tempos de muitas tensões, de permanente insegurança cujas atitudes do cotidiano eram vigiadas e, certamente as palavras, os sussurros e os silêncios não puderam traduzir os dias de angustia e medo por eles vividos. Foi necessário se reinventar, dissimular e resistir para continuar sobrevivendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, A. B. de. Nazismo em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2000.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CABRAL, O. R. História de Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 16
- FAVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2ª Ed. Itajaí: Editora Univali; Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- FERNANDES, M. L. A força do jornal do interior. Itajaí: Univali, 2003.
- FERRO, M. História da Segunda Guerra Mundial: século XX. São Paulo: Ática, 1995.
- FICKER, C. História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia dona Francisca. Joinville: 1965.
- GERTZ, R. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. GIL. A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- HERKENHOFF, E. História da imprensa de Joinville. Florianópolis: UFSC, 1998.
- LAGE, N. Linguagem jornalística. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 37).
- MELO, J. M. de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994.



OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e Poder no Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982, p.57.

PEDRO, J. M. Nas tramas entre o público e o privado - a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PEREIRA, M. Imprensa & poder - a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

REVUZ, Christine, A língua estrangeira entre o desejo de um lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (org.). Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: Fapesp, 1998.

TAYLOR, A. J. D. A Segunda Guerra Mundial: como as guerras começam. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

TERNES, A. História do jornal A Notícia - 1923-1983. Joinville: A Notícia, 1983.

_____. A Notícia – jornalismo e história. Joinville: A Notícia, 2003.

_____. História de Joinville, 1851-2002. Joinville: Letradagua, 2002.

_____. História de Joinville: uma abordagem crítica. s.l: s.n, 1984.

ZERO. Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Edição número 5, de 20 de dezembro de 1993.